

OMNIA SAÚDE

Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
www.fai.com.br

SCORIZA, Cintia Mathias. A violência e os desdobramentos na comunidade: as proposições terapêuticas no teatro de Augusto Boal e Viola Spolin. *Omnia Saúde*, v.13, n.1, p.41-52, 2016.

ISSN versão Online 2236-188X
ISSN versão Impressa 1806-6763

Recebido em: 15/05/2016
Revisado em: 07/10/2016
Aceito em: 03/12/2016

A VIOLÊNCIA E OS DESDOBRAMENTOS NA COMUNIDADE: AS PROPOSIÇÕES TERAPÊUTICAS NO TEATRO DE AUGUSTO BOAL E VIOLA SPOLIN

THE VIOLENCE AND DEVELOPMENTS IN THE COMMUNITY: THE THERAPEUTIC PROPOSITIONS IN THE THEATER OF AUGUSTO BOAL AND VIOLA SPOLIN

Cintia Mathias Scoriza

Psicóloga (FAI)

Especialista em Psicologia da Saúde (FAI)

RESUMO

A Violência de Estado atingiu comunidades durante a vigência de regimes ditatoriais ocasionando intenso sofrimento psíquico as populações. Ainda, determinou a propagação do terror no cotidiano, mesmo após o período que compreendeu o regime ditatorial. Tal perspectiva da violência é caracterizada como um tipo particular, onde quem deveria promover a justiça se efetiva como um violador de uma ordem que preconizaria a manutenção de um aparato judiciário para julgar e aferir uma pena em caso de delito. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar modelos de intervenção psicoterapêutica grupal em comunidades. Esses modelos baseiam-se em técnicas de ação teatral e compreendem a mobilização subjetiva dos indivíduos participantes para o enfrentamento de conflitos constituintes do cotidiano. Reconhecendo os determinantes de agravo à saúde mental que a Violência de Estado representa, as práticas clínicas em Psicologia buscam delimitar possibilidades de intervenção que se constituam como ação terapêutica dirigida à comunidade. A constituição metodológica orienta-se a revisão bibliográfica das ações em psicologia dirigida a Comunidade e a apresentação de proposições para a intervenção dirigida às comunidades que envolvem “O Teatro do Oprimido” de Augusto Boal e os “Jogos Livres de Improviso” de Viola Spolin. Conclui-se que a elaboração afetiva propiciada pelas técnicas propostas pelos autores abordados, constituem-se como dispositivos terapêuticos de intervenção comunitária, pois, fomentam o fortalecimento das formações intermediárias que sustentam a vida intrapsíquica e os vínculos intersubjetivos.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária; Psicoterapia; Violência de Estado; Saúde Mental

ABSTRACT

State Violence reached communities during the dictatorship regime, causing intense psychological suffering to the populations. Moreover, it determined the spread of terror in daily life, even after the period that comprised the dictatorial regime. Such a perspective of violence is characterized as a particular type, where those who should promote justice become effective as a violator of an order that would recommend the maintenance of a judicial apparatus to judge and measure a sentence in case of crime. The present work has the objective of presenting models of group psychotherapeutic intervention in communities. These models are based on theatrical action techniques and comprise the subjective mobilization of the individuals involved in the confrontation of constituent daily

conflicts. Recognizing the determinants of mental health impairment that State Violence represents, the clinical practices in Psychology seek to delimit possibilities for intervention that constitute a therapeutic action directed to the community. The methodological constitution is oriented to a bibliographical revision of the actions in psychology directed to the Community and the presentation of proposals for the intervention directed to the communities that involve "The Theater of the Oppressed" by Augusto Boal and the "Free Games of Improviso" by Viola Spolin. It is concluded that the affective elaboration propitiated by the techniques proposed by the authors discussed constitute therapeutic devices of community intervention, since they foment the strengthening of the intermediate formations that sustain the intrapsychic life and the intersubjective bonds.

Key words: Community Psychology; Psychotherapy; State Violence; Mental Health

INTRODUÇÃO

Violência do Estado e Reflexos sobre a Comunidade

Segundo Kães (2005), as relações entre a realidade intrapsíquica e a realidade externa estão em debate, desde a origem da psicanálise. O autor afirma que estas relações abrangem questões de sofrimento e são responsáveis pela dimensão intersubjetiva de vivências traumáticas. No momento em que a Violência de Estado se presentifica essas vivências eclodem, pois, o Estado – estabelecido para a proteção dos indivíduos – investe contra a comunidade produzindo ações violadoras de direitos para garantir a manutenção do seu poder. Esta situação é reconhecida no Brasil e na América Latina como Estados Ditatoriais. Silva (2004, p.41) destaca o aprofundamento da repressão violenta aos opositores do Estado Ditatorial de 1964 com a “materialização de práticas de perseguição, tortura e morte”. As polícias, orientadas pela Doutrina da Segurança Nacional, foram em seu início:

“estruturadas por policiais civis formados e preparados para implementar a luta anti-subversiva. É fato, no entanto, que essas estratégias foram, gradualmente, estendidas e incorporadas pela Polícia Militar na repressão aos grupos de esquerda e ao banditismo” (SILVA, 2004, p.42)

De acordo com Kães (2005), a manifestação da Violência de Estado implicaria na necessidade de desenvolvimento de instrumentos terapêuticos para acolher o sofrimento propagado no grupamento comunitário. A proposição do autor sobre as características desse tipo de sofrimento envolveria a relação entre as fantasias inconscientes e o encontro com a realidade da comunidade. Enfatiza-se que a singularidade das fantasias individuais e sua respectiva historicidade ganham contornos extremos nas situações catastróficas. A catástrofe pode ser definida, como sendo uma ruptura repentina, no equilíbrio e na continuidade de um sistema, uma mudança, uma transformação no funcionamento e na organização de um conjunto. Ao buscar na obra de Bion elementos para a compreensão dos desdobramentos subjetivos da ruptura catastrófica Kães (2005) destaca que:

“Para Bion trata-se de uma mudança provocada por um ato, um acontecimento ou uma idéia nova que põe, em xeque, a integridade e a continuidade de uma organização psíquica individual, grupal ou institucional. Essa mudança é acompanhada de violência e de ameaça, de angústias e sofrimentos e, em grande parte, imputáveis as fantasia de destruição e anulação” (Kaes, 2005, p.168).

Neste sentido Kães (2005) investiga o ataque as formações intermediárias para compreender o sofrimento que avança sobre a comunidade nos momentos em que a violência de estado se materializa. Estas formações sustentam “a vida psíquica e os vínculos intersubjetivos e sociais” (Kães, 2005, p.172) e barram a atomização do sofrimento que propicia a ausência de reconhecimento do

sofrimento pela comunidade. As formações intermediárias seriam: a) a comunidade de direito; b) o contrato narcísico e c) o pacto denegativo.

A comunidade de direito envolveria a renúncia aos impulsos destrutivos particularizados, em prol da constituição dos grupamentos sociais e institucionais. Desse modo, há a substituição da força individual e da propagação da violência pela vingança, por um poder coletivo que funda o aparato judiciário que regulamente as ações no espaço da coletividade. Aqui se reconhece aquilo nomeado como Justiça.

O Contrato Narcísico envolveria os investimentos realizados sobre o indivíduo para a constituição de sua existência. Esse investimento é sustentado “pela cadeia social e intergeracional, da qual o sujeito é membro e parte constituinte” (Käes, 2005, p.173). Distanciado dessa cadeia coletiva o sujeito vivencia a atomização do sofrimento e o sentimento de despertencimento. Ainda, sem que o Contrato Narcísico se efetive, não haveria um investimento coletivo em prol da constituição de objetos socialmente valorizados. Nesse sentido, a renúncia pulsional investiria um elemento fundante da comunidade, tal como, o respeito à diferença e a liberdade de expressão.

O Pacto Denegativo é apresentado por Käes (2005, p.175) como um “acordo comum e inconsciente a ser rejeitado ou a ser denegado entre os sujeitos para que a ligação se organize e se mantenha”. Com o Pacto Denegativo é possível que as rupturas catastróficas, que em algum momento atingiram o grupamento comunitário, permaneçam distanciadadas do cotidiano comunitário num espaço intragrupal inconsciente. Assim, a violência inerente as rupturas catastróficas, permaneceria no espaço do passado e figuraria à consciência com uma dimensão metafórica. A partir da dimensão metafórica, ou seja, voltando-se para o desdobramento da violência na comunidade e distanciando-se da propagação da destrutividade é possível a manutenção de um vínculo intersubjetivo. Tal vínculo poderia sustentar a existência precedente do sujeito: o grupo. Käes (2001) enfatiza que o grupo:

“mantém uma matriz de investimentos e de cuidados, ele predispõe sinais de reconhecimento e de apelo, designa lugares, apresenta objetos, oferece meios de proteção e ataque, traça vias de realização, indica limites, enuncia interditos. No grupo realizam-se ações psíquicas que sustentam o recalamento das representações, a supressão dos afetos, a renúncia pulsional, ou deles nos libertam” (Käes, 2001, p.13).

Quando a violência de Estado rompe com a possibilidade de denegação, emerge aquilo que havia sido destinado ao silêncio; aquilo, que pelo sofrimento que causa não deveria ser enunciado. Quando as três formações intermediárias são atacadas, intensifica-se na comunidade o sofrimento e, por consequência, a necessidade de constituição de uma prática clínica com enfoque comunitário para que os vínculos que sustentam a ligação entre os membros possam ser fortalecidos.

A proposta apresentada por René Käes para abordar o sofrimento da comunidade é a de formar “pontos de amarração” e articulações, entre o espaço psíquico singular do sujeito e o espaço dos conjuntos intersubjetivos nas comunidades onde a ruptura catastrófica opera seus desdobramentos:

“Os Grupos são o paradigma teórico, clínico e metodológico dessas amarrações, à medida que constituem uma dimensão da realidade psíquica de cada pessoa. Eles formam espaços heterogêneos ao espaço intrapsíquico, são também de complexidade superior, pois neles interagem ordens de realidade distintas: psíquicas, sociais, políticas, culturais, religiosas” (Käes, 2005 p.167).

Proposições de Bleger para a atenção a saúde mental na comunidade

Além da proposição acima, pode-se destacar as concepções de Bleger (1984) como uma perspectiva de direcionamento das ações em psicologia para atender as necessidades da comunidade. O autor, ao acompanhar as mudanças nas comunidades sul-americanas em razão do processo de urbanização propõe uma nova articulação entre os saberes e práticas em Psicologia denominada Psico-Higiene.

Segundo Guirado (2004) a Psico-Higiene tem como principal característica, organizar intervenções em saúde mental que abranjam os espaços relacionais dos sujeitos: a família, a escola, o trabalho e as atividades comunitárias. Na Psico-Higiene o psicólogo atua como agente de saúde na comunidade:

“Para tanto, lidará com os preconceitos, os hábitos e as atitudes das pessoas e dos grupos em ocasiões de mudança ou em momentos críticos (como doenças, acidentes, imigração, gravidez, desmame, questões da puberdade), além das situações comuns da rotina diária e do crescimento humano (hábitos de alimentação, escolaridade, fases ou momentos característicos como a infância, a adolescência, a velhice)” (Guirado, 2004 p.27).

A investigação é um fator primordial para o desenvolvimento da prática da Psico-Higiene, porque esta dará orientação básica sobre as reais necessidades da população. Sendo uma ação multidisciplinar, a investigação não é necessariamente feita por psicólogos. No entanto, Bleger (1984) enfatiza a contribuição que o profissional em Psicologia pode oferecer à intervenção comunitária ao caracterizar relações causais que determinem vivências conflituosas e possibilitar a mobilização subjetiva para o enfrentamento de aspectos que produzem reflexos negativos à população atendida. Produção de saberes e ação de transformação do cotidiano são pressupostos da ação do Psicólogo que deve:

“(...) aplicar o princípio de que indagação e a ação são inseparáveis e que ambas se enriquecem reciprocamente no processo de uma práxis. Isto não constitui uma manifestação de desejos e sim uma condição fundamental para operar corretamente. A ação deve ser precedida de uma investigação; mas a investigação mesmo é já uma atuação sobre o objeto que se indaga” (Bleger, 1984 p.24).

Para a constituição de uma atenção em saúde mental que preconize a ação nos diversos níveis do grupamento comunitário, é necessário intervir nos locais onde a comunidade ancora suas relações, tais como: locais de trabalho, hospitais, centros de saúde, escolas e associações de bairros. Assim, é possível constituir um enfoque clínico comunitário.

O Enfoque Clínico Comunitário

De acordo com Costa e Brandão (2005) o espaço clínico é a comunidade, as famílias, grupos e as instituições que pertencem a esses sujeitos. Para os autores, o conceito de comunidade envolveria uma

“dimensão espaço/temporal na qual os sujeitos são compreendidos com foco em suas relações, sendo constituídos por meio destas, em uma constante dialética entre individual e coletivo. A comunidade se expressa como espaço de construção de cidadania, no qual todas as falas são legítimas” (Costa e Brandão, 2005, p.33).

A atuação da Psicologia Clínica Comunitária não se refere a um espaço físico, onde o profissional em Psicologia desenvolverá seu trabalho, mas sim, uma perspectiva de observação e compreensão de necessidades. Tal visão permite uma abordagem ampla com diferentes contribuições teóricas, reconhece os aspectos convergentes e divergentes da realidade da comunidade. Segundo Costa & Brandão (2005), a intervenção numa comunidade, algumas vezes está ligada ao sofrimento do indivíduo e ou do grupo/comunidade. Não se pode deixar de levar em conta, como as questões sociais

e econômicas influenciam o comportamento e organizações dentro da relação societal. O sofrimento singular do indivíduo que integra uma comunidade confunde-se com o sofrimento coletivo, na medida em que muitos integrantes são envolvidos. A abrangência aumentada da intervenção clínica comunitária conserva “uma escuta dialógica e hermenêutica, com a utilização de técnicas ativas e uma interpretação de situações-problema do ponto de vista individual, grupal e sócio-comunitário. A resolução de conflitos passa do âmbito pessoal para a criação conjunta de soluções” (NERY e COSTA, 2008, p.243). Ainda, as autoras destacam que a complexidade dos fenômenos produzidos na comunidade “exigem conquista de outros modos e espaços terapêuticos ainda não revelados” (NERY e COSTA, 2008, p.243).

A busca por “espaços terapêuticos não revelados” (NERY e COSTA, 2008) impulsionou Rocha e Kastrup (2008) a pesquisar as intersecções entre a psicologia e o teatro. Para as autoras a utilização do teatro como elemento terapêutico em Psicologia:

“propõe a compor novas formas de experimentar a vida, de agenciar o desejo que emana dos grupos, dos povos, dos corpos coletivos, enfim, ele se afirma em seu devir-político como vetor de transformação social” (ROCHA e KASTRUP, 2008, p.98).

Partindo das proposições para a atenção ao sofrimento psíquico apresentadas acima, esse trabalho orienta-se para a discussão de dois movimentos teatrais que podem propiciar práticas psicoterapêuticas com grupos. Esses são: O Teatro do Oprimido e os Jogos Livres de Improviso. A apresentação e discussão desses dois parâmetros dirigidos a intervenção junto a grupos contribuiria para o desenvolvimento de intervenções em Psicologia com enfoque clínico comunitário.

OBJETIVO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar modelos de intervenção grupal em comunidades. Os modelos baseiam-se em técnicas de ação teatral e compreendem a mobilização subjetiva dos indivíduos participantes para o enfrentamento de conflitos constituintes do cotidiano e, de tal forma, poderiam constituir-se como instrumentos para a intervenção clínica comunitária em Psicologia.

METODOLOGIA

A constituição metodológica compreende a revisão bibliográfica das ações em Psicologia dirigidas a comunidade e a apresentação e discussão dos modelos teóricos/técnicos de intervenção que abrangem “O Teatro do Oprimido” de Augusto Boal (1975) e os “Jogos Livres de Improviso” de Viola Spolin (1992). A consideração desses dois modelos como recursos terapêuticos dirigidos a grupamentos sociais permite abranger o campo de intervenção das práticas em Psicologia clínica comunitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O teatro e a ótica paradoxal de sua história: coerção e emancipação

Os parâmetros analíticos do teatro, apresentados por Boal (1975), demonstram que desde a origem grega se planificava uma estrutura teatral coercitiva. Na produção teatral aristotélica observa-se a constituição de um sistema coercitivo ancorado na forma propagadora da tragédia. Tradicionalmente, o herói trágico – elemento que permite a constituição de *empatia* e de um vínculo transferencial com os espectadores – apresenta uma falha em seu comportamento que o impulsiona ao encontro da

felicidade que ostenta no tempo presente. Esta falha é denominada *harmatia* e, pelo vínculo transferencial disparado pela *empatia*, a *harmatia* do próprio espectador é estimulada (BOAL, 1975).

Passa-se então a articular um terceiro elemento do teatro aristotélico: a peripécia. Boal (1975) destaca que com a peripécia ocorre “uma modificação radical no destino do personagem. O espectador que até então teve a sua própria *harmatia* estimulada, começa a sentir crescer seu terror” (Boal, 1975, p.39). A drástica mudança no destino do personagem contribuiria para que a empatia se rompesse e, por isso utiliza-se o recurso da *anagnorisis* para manter a coesão da ligação personagem-espectador. A *anagnorisis* consiste na explicação discursiva dos elementos que causaram a *harmatia* do herói. Assim:

“O herói aceita seu próprio erro, confessa seu erro, esperando que, empaticamente, o espectador também aceite como má sua própria *harmatia*. Mas o espectador tem a grande vantagem de que cometeu o erro somente de forma vicária: não tem que pagar por ele (BOAL, 1975, p.39)

Para que o espectador tenha clareza das conseqüências que sua *harmatia* pode desencadear Aristóteles define que a tragédia grega tenha sempre um final terrível nomeado como *catástrofe*. Boal (1975) destaca que a articulação entre *harmatia-anagnorisis-catástrofe* “têm por finalidade última provocar no espectador (tanto ou mais do que no personagem) a *catarse*. Quer dizer: a purificação da *harmatia*” (p.39-40).

É pertinente observar que a tríade de eventos articuladas na tragédia grega guarda algumas peculiaridades: na *harmatia*, personifica-se a fruição. Posteriormente, a *anagnorisis* expõe a percepção do sujeito de sua responsabilidade pela expiação que o submete e, no movimento último, a *catástrofe* afirma o desdobramento do barramento, a violenta dor que atravessa o sujeito.

Ao considerar que o objetivo de produção da tríade aristotélica é a *catarse*, deve-se conceber que a purificação se dirigia a coletividade e, por isso, abordar a *catarse* como instrumento de homogeneização grupal, um sistema claramente coercitivo. Nas palavras do autor:

“Já vimos que a população de uma cidade ou país não está uniformemente contente com as desigualdades reais existentes. Por isso é necessário fazer com que todos fiquem, se não uniformemente contentes, pelo menos uniformemente passivos, diante das desigualdades e seus critérios” (BOAL, 1975, p.28).

Augusto Boal é reconhecido em razão de suas ações dirigidas a comunidade em situação de risco e violência, especialmente, em virtude da criação de um modelo de organização teatral denominado Teatro do Oprimido.

Antes do estabelecimento do Teatro do Oprimido, Boal integrava o Teatro Arena em São Paulo e propunha a adaptação de clássicos teatrais à realidade política do país. Essa orientação do teatro pretendia articular possibilidades de atingir a classe média e formar uma platéia mista, a qual agradaria indivíduos de classes sociais diferentes e juntos pudessem apreciar os espetáculos artísticos. De acordo com Boal (1975, p.189):

“A primeira etapa do Arena veio responder às necessidades desta ruptura, e veio satisfazer a classe média. Esta, fartou-se das encenações abstratas e belas e a impecável dicção britânica, preferiu que os atores, sendo gogos fossem gogos: sendo brasileiras, falassem português, misturando tu e você” (Boal, 1975, p.177).

O Teatro do Oprimido, tendo como contribuição a pedagogia defendida por Paulo Freire, é um conjunto de expectativas para um processo de construção teatral, que teve sua formação de maneira gradativa de acordo com as necessidades e propostas apresentadas pelos atores e platéia. O primeiro processo para a formação atual do Teatro do Oprimido foi o Teatro Jornal, que teve início em 1970 com a contribuição de Cecília Boal, psicanalista e esposa de Boal e Eleni Guariba, que foi assassinada pela ditadura. Em entrevista, concedida a Duarte-Plon, jornalista do periódico Frances L' Humanité, Boal explica a gênese do Teatro do Oprimido:

“Começou durante a ditadura no Brasil. Eles proibiam peças que a gente queria fazer e a platéia que a gente escolhia. Então, a gente se viu cercado pela polícia, pela estrutura do governo fascista. Passamos a fazer uma forma de teatro chamada Teatro-jornal, na qual a gente ensinava o espectador que ele próprio, usando notícias de jornais, as transformasse em cena teatral. Essa foi à primeira idéia do Teatro do Oprimido: pegar jornal acessível a todo mundo e transformar notícias em cena de teatro. Não havia interação ainda” (Duarte-Plon, 2007).

Em fevereiro de 1971, Boal é preso, torturado e exilado na Argentina, terra natal de sua esposa, onde permaneceu por cinco anos e dirigiu o grupo “El Manchete” de Buenos Aires e montou *Torquemada*. O texto tratava da Inquisição e sua apresentação se deu na Praça de Mayo, em frente a Casa Rosada. Nesse momento a Argentina passava por uma ditadura militar, que assim como no Brasil muitos indivíduos “sumiram” sem deixar rastro. Em 30 de abril de 1977 iniciou-se o movimento das “Mães da Praça de Maio”, onde mulheres reúnem-se em passeata segurando faixas e fotos dos seus familiares desaparecidos políticos.

Segundo a Asociación Madres De Plaza De Mayo (MADRES, 2008), existem 1591 jovens que são reivindicados pelas suas mães e irmãs ao governo. O momento de opressão e repressão na Argentina fez com que Boal, desenvolvesse mais uma forma de expressão que viria integrar O Teatro do Oprimido, era denominado o Teatro Invisível. Até então o ator e o espectador não estabeleciam contato, a platéia apenas observava, através desta nova prática a barreira entre os dois é quebrada. Em entrevista a Duarte-Plon (2007), Boal comenta o Teatro Invisível:

“Era uma cena de teatro na rua ou dentro de um restaurante, mas ninguém sabia que era teatro. Era Teatro-Invisível por uma forma estética que a gente queria desenvolver, mas havia o medo da polícia. A gente não contava para evitar ser preso, principalmente eu, que era brasileiro, pois, como existia a Operação Condor, corria o risco de ser enviado de volta ao Brasil, e aí seria mais perigoso” (Duarte-Plon, 2007).

Durante o período que esteve exilado, Boal manteve-se pesquisando teatro por toda a América Latina e Europa, promovendo e participando de ações sociais dinamizadoras dos vínculos comunitários, tendo O Teatro do Oprimido como forma de expressão e atuação política. Guimarães (2002) afirma que a “finalidade do Teatro do Oprimido não é a de criar o repouso, o equilíbrio, mas é a de criar o desequilíbrio que dá início à ação. Seu objetivo é dinamizar”. Em 1973, desenvolveu no Peru o Teatro Fórum, e nessa ocasião é convidado a aplicar suas técnicas teatrais num programa de alfabetização integral do governo peruano que pretendia erradicar o analfabetismo no país. Com o fim do exílio, Boal retorna ao Brasil e em 1986, em parceria com outros artistas, funda o Centro do Teatro do Oprimido (CTO), onde oferece oficinas e palestras a fim de difundir O Teatro do Oprimido (Currículo, 2008). Em entrevista, Boal afirma:

“o teatro do oprimido é uma chave. A chave não abre a porta, quem abre a porta é quem segura a chave e a torce. Todo e qualquer teatro mostra um segmento da sociedade em movimento, conflitos humanos sociais e políticos em movimentos. O espectador, ao entrar em cena, aprende primeiro a entender como é a opressão ao vivo. Ele aprende a detectar as armas do opressor. E treina para uma

transformação. Não é no teatro que ele vai transformar. No teatro, ele se transforma. A ideia é fazer como que o teatro seja um trampolim para ir para fora de si e transformar a realidade. O teatro é um treino onde ele entende quem é o adversário e treina táticas e estratégias de luta para aplicar na realidade” (Duarte-Plon, 2007).

As Técnicas de improvisação de Viola Spolin como método de intervenção Comunitária

A proposição do uso dos jogos livres para a improvisação é o dispositivo de intervenção grupal que reúne a experiência da espontaneidade e da mobilização do indivíduo para atender as demandas das relações com a coletividade. De acordo com Spolin (1992, p.04) “o jogo é uma forma natural de grupo que propicia o envolvimento e a liberdade pessoal necessários para a experiência”.

A experiência daquilo que é espontâneo envolveria os aspectos inerentes ao binômio aprovação/desaprovação. A expectativa sobre o julgamento que o grupo produz “cresce do autoritarismo que, com o decorrer dos anos, passou dos pais para o professor e, finalmente para toda a estrutura social (o companheiro, o patrão, a família, os vizinhos, etc.)” (SPOLIN, 1992, p.07).

De acordo com a autora, o Jogo Livre do Improviso é uma forma de desenvolver habilidades pessoais no espaço relacional de um grupo. A autora reconhece a possibilidade de experienciar relações com o ambiente como dispositivo para a expressão de potencialidades. Tal proposição permite o reconhecimento da prática teatral como elemento psicoterapêutico. Em sua conceituação “experienciar é penetrar no ambiente, é envolver-se total e organicamente com ele (SPOLIN, 1992, p.03).

A experiência orgânica com o ambiente envolveria os níveis intelectual, físico e intuitivo. Spolin (1992) destaca que nos processos de aprendizagem – e, conseqüentemente, de envolver-se com o ambiente – o nível intuitivo é negligenciado: “quando a resposta a uma experiência se realiza no nível do intuitivo, quando a pessoa trabalha além de um plano intelectual constricto, ela está realmente aberta para aprender” (SPOLIN, 1992, p.04). A partir da intuição, Spolin (1992) destaca a operacionalidade da espontaneidade como meio que

“nos liberta de quadros de referência estáticos, da memória sufocada por velhos fatos e informações, de teorias não digeridas e técnicas que são na realidade descobertas dos outros”(SPOLIN, 1992, p.04).

A espontaneidade ganha contornos de centralidade na proposição teórica de Spolin por desconstruir as referências estáticas dos comportamentos obsessivos; a memória sufocada pelo uso preponderante da repressão como mecanismo de defesa e daquilo não digerido pela impossibilidade da elaboração dos sentidos que envolveriam os afetos. Na perspectiva apresentada, a espontaneidade mobilizada pelos jogos de livre improviso configura-se como um dispositivo de intervenção no espaço comunitário e um disparador de posições discursivas nos grupamentos.

A autora afirma que os recursos mobilizados pelo indivíduo jogador para resolver os jogos e cenas, surgem da tentativa de lidar com os múltiplos estímulos que são provocados; cria-se uma explosão de espontaneidade e as problemáticas são rearranjadas, desbloqueadas, para então, poderem ser construídas organicamente pelo sujeito:

“Todas as partes do indivíduo funcionam juntas como uma unidade de trabalho, como um pequeno todo orgânico dentro de um todo orgânico maior que é a estrutura do jogo. Dessa experiência integrada, surge o indivíduo total dentro do ambiente total, e aparece o apoio e a confiança que permite o indivíduo abrir-se e desenvolver qualquer habilidade necessária para a comunicação dentro do jogo” (SPOLIN, 1992, p.06).

Nesse momento pode-se considerar um traçado em paralelo entre a concepção de construção orgânica do sujeito proposta por Spolin (1992) e a formulação do conceito de self desenvolvido pela Psicanálise. Spitz (1998, p.117) destaca a concepção do self “como uma elaboração ideacional da experiência emocional e somática, baseada na realização da separação, na percepção de um ser indivíduo”. Assim, a constituição de tal ordem de separação determinaria a proposição de autonomia nas relações intergrupais.

Spolin (1992) destaca que na construção orgânica do sujeito a competição é imposta como proposição para a constituição de uma experiência de separação, de construção da singularidade. Após a tensão criada pelo processo de competição, pode-se experienciar uma apropriação de potencialidades mobilizadas para a solução de problemas propostos e reconhecer aspectos particularizados de atitudes agressivas e ações defensivas. A autora tenta configurar, com a proposição da competição, uma aproximação aos anseios e temores do cotidiano no grupamento comunitário, tais como a possibilidade de inclusão ou exclusão. Esses temores poderiam limitar a liberdade de escolhas:

“Tememos não ser aprovados, ou então aceitamos comentários e interpretações de fora inquestionavelmente. Numa cultura onde a aprovação/desaprovação tornou-se regulador predominante dos esforços e da posição, e freqüentemente o substituto do amor, nossas liberdades pessoais são dissipadas” (SPOLIN, 1992, p.06).

Quando a competição é direcionada para uma atividade em grupo, os esforços podem ser dirigidos para o processo; para a construção de consensos e diretivas que se destinam a participação nos vínculos intergrupais. Esse direcionamento proporciona uma grande liberdade criativa tanto para o conjunto de participantes da prática grupal quanto para o indivíduo que não apresentava recursos subjetivos para solucionar proposições conflituosas que se distanciam das situações elencadas coletivamente, como exemplos de sucesso e fruição. O indivíduo que participa do jogo está ligado diretamente aos outros participantes e, é necessário que esteja aberto a aprender como atuar nesses relacionamentos, pois é a partir do entrosamento do grupo que surgirão jogos que darão origem às cenas e peças teatrais. De acordo com a autora:

“Se somos treinados somente para o sucesso, devemos usartudo e todas as pessoas para esse fim, podemos então trapacear, mentir, trair e abandonar toda vida social para alcançar sucesso. O conhecimento teria uma exatidão maior se viesse da estimulação do próprio aprendizado” (SPOLIN, 1963, p.10).

Deve-se considerar que o acirramento das práticas competitivas no grupo dissipa a figuração de um objetivo coletivo e produziria um espaço efetivo para relações de dominação/submissão. Spolin afirma que

“Uma atmosfera altamente competitiva cria tensão artificial, e quando a competição substitui a participação, o resultado é a ação compulsiva. Mesmo para os mais jovens, a competição acirrada conota a ideia de que ele deve ser melhor do que qualquer outro. Quando um jogador sente isso, sua energia é dispensada somente para isto, ele se torna ansioso e impelido, e seus companheiros de jogo tornam-se uma ameaça para ele. Se a competição for tomada erroneamente como um instrumento de ensino, todo significado do jogo será distorcido” (Spolin, 1963, p.09).

A exposição de Spolin enfatiza a noção da experiência grupal e produção de conhecimentos como meios de reconhecimento de potencialidades, de constituição de aprendizagens sobre a relação com o grupo e com a própria singularidade. Pode-se considerar assim, a preocupação de Spolin com a delimitação da identidade. Rocha e Kastrup (2008) destacam o risco de utilização de recursos

expressivos como dispositivos de produção de experiências de subjetivação. As autoras destacam, no entanto:

“que essas iniciativas se baseiam num modelo em sintonia com a concepção de sujeito predominante na história da psicologia, que ganha matizes diferentes ao redor de uma mesma ideia: a noção de um eu constituído, localizável, a ser descoberto, a ser nomeado e a ser explicado. Seja afirmando o sujeito do conhecimento, seja pressupondo-o senhor de seus domínios e autoconsciente, seja considerando-o cindido e não totalizável pela consciência, ou mesmo falando de um sujeito sócio histórico, na tradição da psicologia se mantém a ideia de um núcleo essencial e estável, que ora assume o lugar de estrutura, ora de uma imagem de si, ora de um centro autônomo da psique, que em todo caso indica uma identidade do sujeito naquilo que ele reconhece como sendo ele próprio” (ROCHA e KASTRUP, 2008, p. 98).

No processo de construção de identidade enfatiza-se a experiência do grupo como promotor da diferenciação, pois, “quando atua com o grupo, experienciando coisas junto, o aluno-ator se integra e se descobre dentro da atividade” (SPOLIN, 1992 p.9). Na integração, na descoberta, a expressão discursiva “é o que permite a passagem de energia do sistema inconsciente (Icc) para o pré-consciente, sede da memória, ao qual a consciência tem acesso seletivo” (KEHL, 2002 p.120). Frente à seletividade da ação consciente a construção orgânica do sujeito (SPOLIN, 1992), envolveria o suposto-saber (KEHL, 2002) do professor-diretor que observaria as capacidades particulares de participação no processo de desenvolvimento, estimulando a integração e o desafio de limites. Na proposição de Spolin, com esta posição o professor-diretor deve buscar que os indivíduos se integrem às relações intergrupais e potencializem suas capacidades relacionais, aproveitando o que pode ser produzido nos diferentes momentos da construção orgânica do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sistema aristotélico de produção do teatro, a ação coercitiva se esclarece na exposição de que a tríade harmatia-anagnorisis-catástrofe pode comportar o encadeamento: desejo-culpa-punição. Conclui-se que as expressões afetivas propiciadas pelas técnicas propostas pelos autores investigados constituem-se como elementos efetivos de intervenção comunitária. A efetividade das intervenções do Teatro do Oprimido e dos Jogos Livres de Improviso se consuma na “construção discursiva que confere significado ao aleatório, ao sem sentido, à precariedade da existência” (KEHL, 2002 p.09). A expressão discursiva inscrita numa cadeia de interlocuções fomenta o fortalecimento das formações intermediárias que sustentam a vida intrapsíquica e os vínculos intersubjetivos. Articulado à possibilidade de ter seu sofrimento reconhecido pela grupalidade, o indivíduo se posiciona “na interface entre o que é mais singular” (KEHL, 2002 p.09) e os elementos simbólicos presentes na cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. *Editorial*. Disponível em: <http://www.madres.org/editorial/editorial.asp> Acesso em 12/10/2009.

BLEGER, J. *Psico-higiene e Psicologia institucional*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984

BOAL, A. *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Vol. 27

COSTA, F.L; BRANDÃO, N. S. Abordagem Clínica no Contexto Comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*; v.17, n.2, p.33-41, 2005.

DUARTE- PLON, L *O Teatro Contra a Opressão: O dramaturgo Augusto Boal ataca a lei Rouanet: "Os diretores artísticos das companhias de teatro são as grandes empresas"*. Categoria: Entrevista - Jornal "L'Humanité"- Paris- França. Publicado em: 07/07/2007.

<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2878,1.shl>. Acesso em 10 de outubro de 2008

GUIMARÃES, C.A. *Teatro Empresa: recurso de relações públicas na sensibilização do público interno das organizações*. Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de Caxias do Sul – USC, RS. 2002. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/projetos/academicos/conceituais/0024/htm>. Acesso em: 30 de março de 2008.

GUIRADO, M. *Psicologia Institucional*. São Paulo: EPU, 2004

KÄES, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KÄES, R. *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

NERY, M. P.; COSTA, L. F. A pesquisa em psicologia clínica: do indivíduo ao grupo. *Estudos de Psicologia*, v.25,n.2, p.241-250, 2008.

ROCHA, T. G.; KASTRUP, V. A partilha do sensível na comunidade: intersecções entre psicologia e teatro. *Estudos de Psicologia*, v.13, n.2, p.97-105, 2008.

SILVA, J. F. S. *Justiçeiros e violência urbana*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPITZ, R. *O não e o sim: a gênese da comunicação humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SPOLIN, V. *Improvisação para Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.